
Esclarecimento 02 – GVM ADVOGADOS

De José Roberto Machado <jose-roberto.machado@serpro.gov.br>

Data Qua, 07/05/2025 08:20

Para Milena Angulo <mangulo@gvmadvogados.com.br>

Cc Marcello Vieira de Mello (G&VM) <mmello@gvmadvogados.com.br>; SERPRO I Parceria Broker Geral <parceria-brokergeral@serpro.gov.br>; Milena Rocha Leite <milena.rocha@serpro.gov.br>; Eder Luis dos Santos Silva <eder.silva@serpro.gov.br>

Prezada interessada.

O SERPRO esclarece que:

Questionamento 1:

1) Na Seção III do Edital 0309/2025, há extensa lista de documentos para comprovação dos requisitos jurídicos, fiscais e técnicos das empresas que participarão do certame. Contudo, entre os requisitos listados, não há a indicação da necessidade de comprovação de autorização para funcionamento da empresa junto ao Banco Central do Brasil. Considerando que o objeto do chamamento público é a construção de um Broker de Pagamento Geral, com intermediação de pagamentos, qual a justificativa para a exclusão de tal requisito? Não há risco de escolha, ao final do certame, de empresa que não possua autorização para desenvolver as atividades propostas pelo SERPRO?

Esclarecimento SERPRO:

As exigências específicas e os critérios técnicos objetos da parceria são tratados de forma detalhada nos Anexos I, II, III e IV, onde constam, por exemplo, os requisitos funcionais e operacionais da solução, os quais envolvem diretamente a atuação em ambiente regulado pelo Banco Central, ainda que isso não esteja redigido de forma expressa na seção principal do edital. No caso em análise, diversas funcionalidades descritas nos anexos implicam, na prática, a necessidade de relacionamento com instituições financeiras e com o próprio Banco Central.

Questionamento 2:

2) Conforme Item 1 do Anexo IV, é requisito de capacidade técnico-operacional a comprovação de experiência na implementação da solução em ao menos 8 clientes da Administração Pública. Nesse sentido, caso o participante tenha prestado serviços como gateway de pagamentos entre mais de oito empresas que prestam serviços para a Administração Pública, o requisito previsto no Item 1 do Anexo IV estará devidamente preenchido?

Esclarecimento SERPRO:

Não, pois, nesse caso, o cliente tomador e, conseqüentemente, atestador do serviço prestado não compõe a Administração Pública.

Questionamento 3:

3) Conforme Item 6 do Anexo IV, é necessária a comprovação de experiência na implementação e operação da solução por meio de Inteligência Artificial (IA). Nessa seara, caso o participante consiga certidões de seus principais clientes atestando o fornecimento de IA voltada para a prevenção de fraudes, análise comportamental, conciliação inteligente e otimização de fluxos de pagamento, tais documentos serão considerados válidos para o cumprimento do requisito descrito acima?

Esclarecimento SERPRO:

Sim, o entendimento está correto.

Questionamento 4:

4) Conforme Item 7 do Anexo IV do Edital, é necessário comprovar a experiência na implementação e operação da solução na realização de pagamentos diretos a beneficiários de programas sociais ou transferências públicas. Nesse sentido, qual o entendimento adotado pelo SERPRO quanto ao conceito de “transferências públicas”? A intermediação de pagamentos entre entes públicos e privados está englobada neste conceito?

Esclarecimento SERPRO:

O conceito de “transferências públicas” adotado abrange os repasses financeiros tradicionais e, também, operações estruturadas como abertura de contas, uso de cartões pré-pagos e definição de estabelecimentos credenciados para assegurar que o benefício seja utilizado conforme sua finalidade. Também se incluem cenários emergenciais, como enchentes ou desastres, nos quais é necessário viabilizar desembolsos públicos de forma ágil, segura e controlada, com foco em proteção social.

Questionamento 5:

5) O Item 9 do Anexo IV engloba a necessidade de experiência comprovada na implementação e operação da solução com tecnologias blockchain. Contudo, até o presente momento, não houve a implementação de tal ferramenta pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, qual a justificativa para a escolha da experiência do blockchain como requisito para comprovação de capacidade técnica-operacional? Ademais, é possível preencher o requisito exposto no Item 9 do Anexo IV por meio da comprovação de experiência com o Open Finance e ITP, tendo em vista que são ferramentas mais eficazes e já utilizadas pelo Banco Central do Brasil?

Esclarecimento SERPRO:

O item 9 do Anexo IV do Edital 0309/2025 é um requisito pontuável, portanto, não obrigatório, para assegurar a capacidade de operação de tecnologias blockchain na solução proposta, considerando seu potencial para garantir rastreabilidade, integridade e transparência de dados, características desejáveis em soluções públicas inovadoras. Portanto, sem o uso de tecnologia blockchain, a experiência em Open Finance e ITP não serão válidas para atendimento ao requisito.

Questionamento 6:

6) Os Itens 10, 11, 12 e 13 do Anexo IV impõem a apresentação de diversos certificados ISO para comprovação de gestão de qualidade, compliance, segurança da informação e privacidade. Contudo, ao passo em que os certificados ISO podem ser obtidos por empresas de diversas naturezas, para empresas que atuam enquanto intermediadoras de pagamento, há rigoroso processo de autorização junto ao Banco Central do Brasil. Portanto, as autorizações para atuação, emitidas pelo Banco Central, podem ser utilizadas para a comprovação da qualidade e segurança do serviço prestado, preenchendo, assim, os itens 10, 11, 12 e 13?

Esclarecimento SERPRO:

Não, as autorizações não guardam relação com a forma de demonstração esperada para os requisitos 10, 11, 12 e 13.

Atenciosamente,

José Roberto Machado

Analista da Divisão de Especificação de Parcerias de Negócio
Superintendência de Inteligência de Negócio

Diretoria de Negócios de Gestão Pública, Setoriais e Novos Negócios

+55 (11) 2173-1575



De: Milena Angulo <mangulo@gvmadvogados.com.br>

Enviado: sexta-feira, 2 de maio de 2025 13:02

Para: SERPRO | Parceria Broker Geral <parceria-brokergeral@serpro.gov.br>

Cc: Marcello Vieira de Mello (G&VM) <mmello@gvmadvogados.com.br>

Assunto: Pedido de Esclarecimentos - Edital SERPRO 0309/2025

Prezados, boa tarde!

Atendendo às disposições do Edital SERPRO nº 0309/2025, apresenta-se **Pedido de Esclarecimentos ao Edital**, tanto no corpo do presente e-mail quanto em documento anexo, com a devida qualificação do requerente.

Desde já, agradecemos pela atenção e oportunidade.

AO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)

Chamamento Público para Seleção de Parceiro Privado nº 0309/2025

Consulta Pública Eletrônica SUNIN/INPAR/INEPN Nº 0309/2025

MARCELLO AUGUSTO LIMA VIEIRA DE MELLO, brasileiro, casado, inscrito no CPF de nº 031.402.836-60, residente na Rua Levindo Lopes, nº 236, apartamento 402, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30.140-170, e-mail mmello@gymadvogados.com.br e telefone (31) 3264-2400, vem, nos termos da Seção II do **EDITAL SERPRO 0309/2025 DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCEIRO PRIVADO**, apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**, por meio dos seguintes questionamentos:

- 1) Na Seção III do Edital 0309/2025, há extensa lista de documentos para comprovação dos requisitos jurídicos, fiscais e técnicos das empresas que participarão do certame. Contudo, entre os requisitos listados, não há a indicação da necessidade de comprovação de autorização para funcionamento da empresa junto ao Banco Central do Brasil. Considerando que o objeto do chamamento público é a construção de um Broker de Pagamento Geral, com intermediação de pagamentos, qual a justificativa para a exclusão de tal requisito? Não há risco de escolha, ao final do certame, de empresa que não possua autorização para desenvolver as atividades propostas pelo SERPRO?
- 2) Conforme Item 1 do Anexo IV, é requisito de capacidade técnico-operacional a comprovação de experiência na implementação da solução em ao menos 8 clientes da Administração Pública. Nesse sentido, caso o participante tenha prestado serviços como gateway de pagamentos entre mais de oito empresas que prestam serviços para a Administração Pública, o requisito previsto no Item 1 do Anexo IV estará devidamente preenchido?
- 3) Conforme Item 6 do Anexo IV, é necessária a comprovação de experiência na implementação e operação da solução por meio de Inteligência Artificial (IA). Nessa seara, caso o participante consiga certidões de seus principais clientes atestando o fornecimento de IA voltada para a prevenção de fraudes, análise comportamental, conciliação inteligente e otimização de fluxos de pagamento, tais documentos serão considerados válidos para o cumprimento do requisito descrito acima?
- 4) Conforme Item 7 do Anexo IV do Edital, é necessário comprovar a experiência na implementação e operação da solução na realização de pagamentos diretos a beneficiários de programas sociais ou transferências públicas. Nesse sentido, qual o entendimento adotado pelo SERPRO quanto ao conceito de

“transferências públicas”? A intermediação de pagamentos entre entes públicos e privados está englobada neste conceito?

5) O Item 9 do Anexo IV engloba a necessidade de experiência comprovada na implementação e operação da solução com tecnologias blockchain. Contudo, até o presente momento, não houve a implementação de tal ferramenta pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, qual a justificativa para a escolha da experiência do blockchain como requisito para comprovação de capacidade técnica-operacional? Ademais, é possível preencher o requisito exposto no Item 9 do Anexo IV por meio da comprovação de experiência com o Open Finance e ITP, tendo em vista que são ferramentas mais eficazes e já utilizadas pelo Banco Central do Brasil?

6) Os Itens 10, 11, 12 e 13 do Anexo IV impõem a apresentação de diversos certificados ISO para comprovação de gestão de qualidade, compliance, segurança da informação e privacidade. Contudo, ao passo em que os certificados ISO podem ser obtidos por empresas de diversas naturezas, para empresas que atuam enquanto intermediadoras de pagamento, há rigoroso processo de autorização junto ao Banco Central do Brasil. Portanto, as autorizações para atuação, emitidas pelo Banco Central, podem ser utilizadas para a comprovação da qualidade e segurança do serviço prestado, preenchendo, assim, os itens 10, 11, 12 e 13?

7) Por fim, presta-se as maiores homenagens ao SERPRO, requerendo, assim, maiores esclarecimentos quanto às questões postas acima.

8)

9) Belo Horizonte/MG, 02 de maio de 2025.

10)

11) **MARCELLO AUGUSTO LIMA VIEIRA DE MELLO**

12) **OAB/MG – 80.922**

13)

Atenciosamente,

Milena Coelho Angulo
Advogada em Direito Administrativo

GVM | Guimarães & Vieira de Mello Advogados
(31) 3264-2400
mangulo@gvmadvogados.com.br

**SÃO PAULO - SP**

Ed. Berrini One
Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini,
105/5º andar - Itaim Bibi - CEP 04571-010
T: +55 (11) 4304-4877 - Fax +55 (11) 4304-4883

BELO HORIZONTE - MG

Ed. Renaisance
R. Paraíba 550, 10º andar
Savassi - CEP 30130-14
Tel/Fax +55 (31) 3264-2400

UBERLÂNDIA - MG

Ed. Uberlândia 2000
Av. Cesário Alvim, 818
Conj. 707/708 - CEP 38400-098
Tel/Fax +55 (34) 3239-6500

USA

MIAMI
NOVA IORQUE

ASIA

ERBIL & BAGDÁ
XANGAI

EUROPA

LISBOA
FRANKFURT

AMÉRICA

BUENOS AIRES | SANTIAGO | CARACAS
CIDADE DO MÉXICO | CIDADE DO PANAMA

EMIRADOS

ABU DHABI
DUBAI



“Essa mensagem do SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), empresa pública federal regida pelo disposto na Lei Federal nº 5.615, é enviada exclusivamente ao destinatário informado e pode conter dados pessoais, protegidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), assim como informações confidenciais, protegidas por sigilo profissional. O SERPRO ressalta seu comprometimento em assegurar a segurança e a proteção das informações contidas neste e-mail e informa que a sua utilização desautorizada é ilegal e sujeita o infrator às penas da lei. Se você o recebeu indevidamente, queira, por gentileza, reenviá-lo ao emitente, esclarecendo o equívoco.” “This message from SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) - a government company established under Brazilian law (5.615/70) - is directed exclusively to its addressee and may contain personal data protected by the General Data Protection Law (13.709/2018) as well as confidential data, protected under professional secrecy rules. SERPRO highlights its commitment to ensuring the security and protection of the information contained in this email and its unauthorized use is illegal and may subject the transgressor to the law’s penalties. If you’re not the addressee, please send it back, elucidating the failure.”